



**LEI Nº1527/2018
DE 19 de julho de 2018.**

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2019 e dá outras providências."

O Povo do Município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, Aprovou, e eu, Márcio Moreira Victor, Prefeito do Município, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Disposições Preliminares

Art.1º São estabelecidas, nesta lei as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2019, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III - os critérios e formas de limitação de empenhos;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- VI - as disposições para o Município auxiliar no custeio de despesas de competência de outros entes da federação;
- VII - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e serviços extraordinários;
- VIII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- IX - os parâmetros para elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X - definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XI - as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- XI - as disposições gerais.

Seção I

Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 serão as especificadas na nova Lei referente ao Plano Plurianual de 2018 - 2021, e devem observar as seguintes estratégias:

- I - consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
- II - promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;
- III - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;



IV - consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

Parágrafo único As denominações e unidades de medida das metas do projeto de lei orçamentária anual nortear-se-ão pelas utilizadas na Lei do Plano Plurianual referido no caput deste artigo.

Seção II

Das Diretrizes para Elaboração e a Execução do Orçamento Municipal

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º As categorias de programação serão identificadas no projeto de lei orçamentária por funções, subjunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, com a indicação de suas metas físicas e respectivas denominações.

Art. 4º O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a unidade orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o identificador de uso:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - amortização da dívida;

6 - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas.

Art. 5º As metas fiscais serão indicadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão dos demonstrativos das despesas dos orçamentos fiscais segundo os programas de governo, na forma dos anexos propostos pela Lei Federal 4.320/64.

Art. 6º O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema de Contabilidade Municipal.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva lei serão constituídos dos documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64 e dos seguintes demonstrativos:

I - consolidação dos quadros orçamentários, na forma do Anexo I, da Lei Federal 4.320/64;

II - da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições



Constitucionais Transitórias, observando-se as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

III - da compatibilidade com o Plano Plurianual, com as Diretrizes orçamentárias e com as normas constantes no art. 5º da Lei Complementar 101/2000;

IV - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, incisos da Lei Complementar 201/2000;

V - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

VI - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

VII – Demonstrativo de despesas com pessoal, para fins de atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art. 8º A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do Projeto de Lei Orçamentária serão elaboradas a partir de valores correntes do exercício de 2017, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes nos Anexos da presente lei.

Parágrafo Único O Projeto de lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento na base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado nominal e primário estabelecidas nesta lei.

Art. 9º Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central da Contabilidade até 30 de setembro de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual.

Parágrafo Único Na elaboração de suas propostas, as instituições mencionadas neste artigo terão como parâmetro de suas despesas:

I - com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento do primeiro semestre de 2018, apurando a média mensal e projetando-a para todo o exercício, considerando os acréscimos legais e o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, alterações de planos de carreira, verificados até 30 de junho de 2017, as admissões na forma do artigo 22 desta Lei e eventuais reajustes gerais a serem concedidos aos servidores públicos;

II - com os demais grupos de despesa, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2018.



Art. 10º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de projetos.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 4º Fica autorizado a abertura de créditos suplementares para o exercício de que trata esta Lei no limite percentual de dez por cento.

Art. 11º As alterações decorrentes da abertura e da reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa, os quais serão modificados independente de nova publicação.

Art. 12º O Poder Executivo poderá mediante decreto específico:

I - transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática e respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidades de aplicação;

II - aditar ao orçamento do Município, durante a respectiva execução, as ações não programadas no Orçamento de 2019, desde que sejam compatíveis com o Plano Plurianual;

III - incluir ou alterar categoria econômica e grupo de natureza da despesa em ações (projeto, atividade ou operação especial) constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, respeitados os objetivos dos mesmos.

Parágrafo único A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional, do programa de gestão, manutenção e serviço do Município ao novo órgão.

Art. 13º As dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, independentemente de formalização legal específica, desde que no âmbito da mesma unidade orçamentária, do mesmo Programa e mesmo grupo de despesa mantidos inalterados a categoria econômica, e

JK



devidamente justificadas, visando atender às necessidades de execução, para transpor recursos entre:

- I - projetos, atividades e operações especiais observadas as normas de acompanhamento e controle da execução orçamentária;
- II - elementos de despesas;
- III - destinação de recursos, quando envolver recursos de contrapartida ou recursos condicionados.

Art. 14º Fica o Poder Executivo, de acordo com o disposto nos arts. 7.º, 42 e 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964, autorizado a:

- I - abrir, durante o exercício, até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa inicial fixada, créditos suplementares para suprir as dotações que resultarem insuficientes;
- II - abrir créditos suplementares, independentemente do limite disposto no inciso I, para suprir as dotações que resultarem insuficientes para as despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais;
- III - abrir créditos suplementares, independentemente do limite disposto no inciso I, para suprir as dotações que resultarem insuficientes para o pagamento da dívida, sentenças judiciais e transferências constitucionais aos municípios.

Art. 15º O Poder Executivo fica autorizado a transferir, dentro de cada Programa, o saldo das dotações dos elementos ou subelementos de despesa que o compõe para a correta adequação das contratações públicas, ficando inalteradas as categorias econômicas.

Art. 16º Os recursos de convênio não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 17º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2019 deverão levar em conta a obtenção de um superávit primário.

Parágrafo Único O Poder Executivo tomará as providências necessárias para o cumprimento das metas de que trata o caput deste artigo, mediante ajuste do cronograma de desembolso financeiro.

Art. 18º Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III - transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferências voluntárias.

Art. 19º As fontes de recurso poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de execução financeira, justificadamente, por ato do Poder Executivo.



Parágrafo único O Poder Executivo e a autarquia municipal deverão reavaliara programação financeira e o cronograma mensal de desembolso a cada 02 (dois) meses, de acordo com o disposto no art. 49 desta Lei.

Art. 20º Os orçamentos que compõem a Lei Orçamentária Anual deverão conter previsão orçamentária que assegure a conservação e manutenção do patrimônio público municipal.

Subseção II

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 21 Os critérios e a forma de limitação de empenho de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 serão processados mediante os seguintes procedimentos operacional-contábeis:

I - revisão física e financeira contratual, adequando-se aos limites definidos por órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Município, formalizadas pelo respectivo aditamento contratual.

II – contingenciamento do saldo da nota de empenho a liquidar, ajustando-se à revisão contratual determinada no inciso I deste artigo.

Art. 22 O critério para limitação dos valores financeiros da Câmara Municipal de que trata o § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, levará em consideração as medidas contingenciadoras do Executivo constantes nesta Lei.

Parágrafo único O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2019.

Art. 23 A limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº101/2000 obedecerão a seguinte hierarquização:

I – obras estruturantes;

II – serviços de terceiros e encargos administrativos;

III – investimentos.

Parágrafo único – Excluem-se do disposto no caput deste artigo as despesas com:

I – Obrigações constitucionais ou legais;

II – Precatórios e sentenças judiciais;

III – Dotações destinadas ao serviço da dívida pública.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal



Art. 24 As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município ou equivalente, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

§ 2º Os recursos alocados para fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 25 Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo Único Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 26 A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos.

§ 1º Será garantido na lei orçamentária recurso para o pagamento da dívida.

§ 2º O Município, através de seus Poderes, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX da Constituição Federal.

Art. 27 Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2019, as despesas com amortização, juros e de encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Subseção IV
Da Reserva de Contingência



Art. 28 A proposta orçamentária conterá reserva de contingência equivalente a no máximo 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida e não inferior a 1% (um por cento), desdobrada para:

- I – A cobertura de créditos adicionais suplementares;
- II – Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da reserva de que trata o inciso I deste artigo se fará mediante abertura de créditos adicionais.

§ 2º Ocorrendo necessidade de serem atendidos passivos contingentes e outros riscos fiscais, o Executivo providenciará a abertura de créditos adicionais à conta da reserva de que trata o inciso II deste artigo;

§ 3º Na hipótese de não ser necessária, no todo ou em parte, a utilização da reserva de que trata o inciso II deste artigo, poderá os recursos remanescentes ser empregados na abertura de créditos adicionais.

Seção III

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II - não tenha débito de prestação de contas de recursos anteriores.
- III - tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública nos termos da **Lei Municipal**.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

- I - declaração de funcionamento regular emitida no **exercício de 2018** por autoridade local e competente conforme atividade desempenhada pela entidade;
- II - comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;
- III - estatuto da entidade devidamente registrado em cartório;
- IV - CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- V - certidão negativa de débito conjunta da Receita Federal do Brasil;
- VI - certificado de regularidade de situação para com o FGTS;
- VII - tratando-se de entidade assistencial, a autoridade competente será o Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - Plano de Trabalho do valor da subvenção a ser recebida.

Art



§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos e do Poder Legislativo com a finalidade de fiscalizar a legalidade da concessão e a aplicação dos recursos públicos.

§ 3º As transferências efetuadas na forma deste artigo, deverão ser precedidas da celebração do respectivo convênio.

§ 4º As transferências de recursos deverão ser precedidas da aprovação do Plano de Trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos o disposto no art. 116 da Lei 8.666/1993, Lei 13.019/2014 e, ainda, deverão cumprir as exigências decorrentes da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Orgânica do Município, prestando contas dos destinos das verbas objeto das subvenções.

§ 5º O prazo para a apresentação da prestação de contas anual pelas entidades beneficiadas será estabelecida em Lei específica, devendo as mesmas obedecer as instruções municipais que tratam da comprovação de auxílios, subvenções e contribuições.

§ 6º Compete ao órgão concedente, o acompanhamento da realização do Plano de Trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 7º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 8º Deverá constar dos convênios celebrados com as entidades beneficiárias de subvenções, contribuições ou auxílios, cláusula de reversão de recursos no caso de desvio de finalidade.

§ 9º As transferências para caixas escolares municipais se submetem legislação específica.

Art. 30 Serão concedidos "auxílios e contribuições" para entidades privadas sem fins lucrativos mediante autorização em lei específica ou através de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC.

Parágrafo Único As entidades, para serem contempladas com recursos do Município, deverão prestar atendimento direto e gratuito ao público nas seguintes áreas de atuação:

- I - ensino especial ou educação infantil;
- II - ações de saúde;
- III - ações de cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- IV - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem de execução de programas municipais.



Art. 31 O Poder Executivo Municipal através de Lei específica e mediante convênio poderá conceder auxílio às instituições de ensino de Nivel Superior, implantadas no Município, na medida de sua disponibilidade financeira.

Parágrafo Único A cooperação ou auxílio de que trata o caput será concedida apenas as instituições de ensino que se instalarem no Município.

Art. 32 Somente serão destinados recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, que houver comprovação de finalidade para áreas de educação, saúde, habitação, assistência social ou que forem custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS ou do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Parágrafo Único A pessoa física será beneficiária dos recursos definidos no caput deste artigo se for economicamente hipossuficiente à critério do Poder Legislativo, a ser comprovado na lei específica que autoriza a destinação de recursos.

Art. 33 O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

Parágrafo Único A autorização de que trata o caput deste artigo poderá constar da Lei Orçamentária Anual.

Art. 34 Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a conceder às entidades assistenciais, legalmente constituídas, subvenções e/ou auxílios provenientes de repasses efetuados pelo Governo Federal ou pelo Governo Estadual, tendo por objeto a ação compartilhada visando à transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a execução de programas de assistência social, previstos no Plano Municipal de Assistência Social, observados os princípios e as diretrizes da LOAS, mediante a celebração de convênios.

Art. 35 A destinação de recursos a título de "contribuições", a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária e a identificação do beneficiário no convênio.

Art. 36 As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Seção IV

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37 É permitida a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações para que o Município contribua com o custeio de despesas de outro Ente da Feder



Federação, desde que autorizadas mediante Lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com art. 116 da Lei 8.666/1993.

Seção V

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Art. 38 Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1º, inciso II da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o presente artigo.

Art. 39 O disposto no § 1º, do artigo 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo Único Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput", os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Município;
- II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 40 No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal ativo e inativo, dos dois Poderes do Município, observarão os limites mencionados no artigo 169, da Constituição Federal e respectiva regulamentação.

Art. 41 No exercício financeiro de 2019, observadas as disposições do artigo 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- II - for observado o limite mencionado no artigo anterior.

Art. 42 Os Poderes Executivo e Legislativo para atender o disposto na Lei Complementar 101/200, no referente às despesas com pessoal, criarão mecanismos de correção de desvios, coordenando e reestruturando o Plano de Carreira.

Det



Art. 43 Fica autorizada a destinação de recursos para realização de Concurso Público para os cargos previstos na Lei de Plano de Cargos e Carreira dos servidores Públicos de Abre Campo que não foram preenchidos e para os cargos que foram criados no exercício de 2018 e a serem criados no exercício de 2019.

Subseção I

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 44 Se durante o exercício de 2019 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único: A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção VI

Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 45 Não será aprovado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita correspondente.

§ 1º Caso o dispositivo legal sancionado tenha impacto financeiro no mesmo exercício, o Poder Executivo providenciará a anulação das despesas em valores equivalentes.

§ 2º A lei mencionada neste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

Art. 46 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Pat



Art. 47 A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização das atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 48 – A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VI – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos reais sobre imóveis;

VII – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Seção VII

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 49 O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, as metas bimestrais de arrecadação, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº101/2000.



§1º Para atender o caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo, encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019.

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 4º O Poder Executivo e a autarquia municipal deverão reavaliar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso a cada 02 (dois) meses em atendimento ao dispostos nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção VIII

Da Definição de Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 50 Para efeito do disposto no art. 16, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Seção IX

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 51 O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 52 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Seção X

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Det



Art. 53 Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento do cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

§ 1º – Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2018.

§ 2º - Não se enquadra nos termos do caput deste artigo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Seção XI

Disposições Gerais

Art. 54 O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado até 30 dias após a sanção da Lei Orçamentária, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

Art. 55 A elaboração, a aprovação e a execução da lei orçamentária anual será realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único - O atendimento do disposto neste artigo abrange a disponibilização dos estudos e diagnósticos utilizados na elaboração do plano plurianual para o período de 2018/2021.

Art. 56 São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 57 Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2018 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Adk



§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares, mediante remanejamento de dotações, até o limite utilizado na forma do caput deste artigo.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior, as dotações para atendimento de despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento do serviço de dívida;
- III - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde.

Art. 58 As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 59 Os órgãos e entidades indicarão, até 31 de maio de 2019, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados e abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2018, que poderão ser reabertos, na forma do disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal.

§ 1º A reabertura de que trata este artigo será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recurso à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 60 Não será aprovado projeto de lei que implique o aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa desse aumento e da indicação das fontes de recursos.

Art. 61 O Poder Executivo, ressalvada a competência do Estado, promoverá programas de apoio, de conscientização e implantação de política de segurança pública.

Art. 62 O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, podendo alocar recursos municipais para oferecer cursos, assessoria, aquisição de equipamentos e etc., desde que seja para melhorar o desempenho arrecadatórios municipal.

Art. 63 A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas

Det



estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Art. 64 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 65 Em observância ao princípio da economicidade, o Poder Executivo poderá, a seu critério, promover a publicação oficial dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual, na internet, na página da Prefeitura Municipal de Abre Campo.


Art. 66 É parte integrante desta Lei, o Anexo I, com os seguintes demonstrativos:

- A – Metas Fiscais;
- B – Avaliação do Cumprimento das Metas relativas ao ano anterior;
- B.1 – Avaliação do Cumprimento das Metas relativas ao ano anterior – Resultado Primário e Nominal;
- C – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos 03 exercícios anteriores;
- C.1 – Meta Fiscal para o exercício de 2019;
- D - Evolução do Patrimônio Líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de Ativos;
- D.1 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos com Alienação de Ativos;
- E - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- E.1 - Demonstrativo da Expansão das Despesas de Caráter Continuado dos Três Últimos Ano;
- F – Demonstrativo de Riscos Fiscais.

Art. 66 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 67 Revogam-se as disposições em contrário.

Abre Campo, 19 de julho de 2018.


Márcio Moreira Victor
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
AValiação Percentual do Crescimento da Receita
 (Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | 2015 | 2016 | VARIAÇÃO (%) | 2017 | VARIAÇÃO (%) | 2018 (Valor orçado) | VARIAÇÃO (%) |
|---------------|-------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------------|--------------|
| 00.1000.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 27.267.070,73 | 29.689.812,20 | 8,89 | 29.885.548,44 | 0,66 | 35.423.890,00 | 18,53 |
| 00.1100.00.00 | RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.412.122,96 | 1.236.232,65 | -12,46 | 1.266.830,27 | 2,48 | 4.203.500,00 | 231,81 |
| 00.1200.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 180.591,34 | 148.537,68 | -17,75 | 174.821,84 | 17,70 | 250.000,00 | 43,00 |
| 00.1300.00.00 | RECEITAS PATRIMONIAL | 214.914,60 | 326.624,54 | 51,98 | 387.999,61 | 18,79 | 460.000,00 | 18,56 |
| 00.1500.00.00 | RECEITA INDUSTRIAL | - | 511,10 | 100,00 | - | -100,00 | 100.000,00 | 100,00 |
| 00.1600.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 1.217.985,42 | 1.276.672,19 | 4,82 | 1.447.836,31 | 13,41 | 2.984.000,00 | 106,10 |
| 00.1700.00.00 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 24.057.347,46 | 26.481.575,39 | 10,08 | 26.298.505,54 | -0,69 | 27.303.390,00 | 3,82 |
| 00.1900.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 184.108,95 | 220.169,75 | 19,59 | 309.554,87 | 40,60 | 123.000,00 | -60,27 |
| | RECEITA INTRA ORÇAMENTARIA | - | - | - | - | - | - | - |
| 00.2000.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 2.223.763,50 | 3.344.880,33 | 50,42 | 2.214.572,46 | -33,79 | 8.277.761,60 | 273,79 |
| 00.2100.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO(-) | 820.000,00 | - | -100,00 | - | - | - | - |
| 00.2200.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS (-) | - | 447.910,00 | 100,00 | 195.500,00 | -56,35 | 363.000,00 | 85,68 |
| | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS(-) | - | - | - | - | - | - | - |
| 00.2400.00.00 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 1.403.763,50 | 2.896.970,33 | 106,37 | 2.019.072,46 | -30,30 | 7.914.761,60 | 292,00 |
| | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | - | - |
| 95.0000.00.00 | DEDUÇÕES DO FUNDEB (-) | 3.319.506,13 | 3.699.872,16 | 11,46 | 3.638.398,92 | -1,66 | 3.725.796,00 | 2,40 |
| | TOTAL | 26.171.328,10 | 29.334.820,37 | 12,09 | 28.461.721,98 | -2,98 | 39.975.855,60 | 40,45 |

Out

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
RECEITA ARRECADADA 2018

| Código | Descrição | 1º Bimestre/2018 | 2º Bimestre/2018 | 3º Bimestre/2018 | 4º Bimestre/2018 | 5º Bimestre/2018 | 6º Bimestre/2018 | (CM%) | Total |
|---------------|-----------------------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------|---------------------|
| 00.1000.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 6.069.889,86 | - | - | - | - | - | | 6.069.889,86 |
| 00.1100.00.00 | RECEITA TRIBUTÁRIA | 199.965,21 | - | - | - | - | - | | 199.965,21 |
| 00.1200.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 29.838,47 | - | - | - | - | - | | 29.838,47 |
| 00.1300.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 56.413,90 | - | - | - | - | - | | 56.413,90 |
| 00.1500.00.00 | RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | - | - | - | - | - | | 0,00 |
| 00.1600.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 287.472,58 | - | - | - | - | - | | 287.472,58 |
| 00.1700.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5.481.048,91 | - | - | - | - | - | | 5.481.048,91 |
| 00.1900.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 15.150,79 | - | - | - | - | - | | 15.150,79 |
| | RECEITA INSTRA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | - | - | - | - | - | | 0,00 |
| 00.2000.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 18.950,00 | - | - | - | - | - | | 18.950,00 |
| 00.2100.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO (-) | 0,00 | - | - | - | - | - | | 0,00 |
| 00.2200.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS (-) | 18.950,00 | - | - | - | - | - | | 18.950,00 |
| 00.2400.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | - | - | - | - | - | | 0,00 |
| | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | - | - | - | - | - | | 0,00 |
| 95.0000.00.00 | DEDUÇÕES DO FUNDEB (-) | 792.781,08 | - | - | - | - | - | | 792.781,08 |
| | TOTAL | 5.296.058,78 | - | - | - | - | - | | 5.296.058,78 |

Handwritten signature

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
CORREÇÃO DA RECEITA

| Código | Descrição | 2º Bimestre/2017 | 3º Bimestre/2017 | 4º Bimestre/2017 | 5º Bimestre/2017 | 6º Bimestre/2017 | 1º Bimestre/2018 | Total |
|---------------|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| 00.1000.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 4.505.569,64 | 5.007.340,96 | 4.677.293,55 | 4.439.289,83 | 5.682.157,96 | 6.069.889,86 | 30.381.541,80 |
| 00.1100.00.00 | RECEITA TRIBUTÁRIA | 156.445,27 | 356.799,28 | 200.990,50 | 174.911,76 | 245.849,59 | 199.965,21 | 1.334.961,61 |
| 00.1200.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 28.791,25 | 27.570,45 | 28.091,17 | 31.713,82 | 30.010,05 | 29.838,47 | 176.015,21 |
| 00.1300.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 104.420,13 | 68.146,73 | 63.296,36 | 38.485,69 | 24.294,62 | 56.413,90 | 355.057,43 |
| 00.1320.00.00 | RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1500.00.00 | RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1600.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 221.337,44 | 224.302,25 | 215.669,91 | 264.190,26 | 315.401,75 | 287.472,58 | 1.528.374,19 |
| 00.1700.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 3.951.780,79 | 4.287.703,86 | 4.118.043,56 | 3.892.888,70 | 4.951.596,21 | 5.481.048,91 | 26.683.062,03 |
| 00.1900.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 42.794,76 | 42.818,39 | 51.202,05 | 37.099,60 | 115.005,74 | 15.150,79 | 304.071,33 |
| | RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.2000.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 2.193.372,46 | 9.200,00 | 12.000,00 | 0,00 | 811.731,08 | 3.026.303,54 |
| 00.2100.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO(-) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.2200.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS (-) | 0,00 | 174.300,00 | 9.200,00 | 12.000,00 | 0,00 | 18.950,00 | 214.450,00 |
| | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (-) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.2400.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 2.019.072,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.019.072,46 |
| | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 95.0000.00.00 | DEDUÇÕES DO FUNDEB (-) | 575.690,97 | 638.393,06 | 503.258,83 | 526.048,11 | 610.905,71 | 792.781,08 | 3.647.077,76 |
| | TOTAL | 3.929.878,67 | 6.562.320,36 | 4.183.234,72 | 3.925.241,72 | 5.071.252,25 | 6.881.620,94 | 30.553.548,66 |

Handwritten signature or initials

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
AVALIAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA
 (Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| TÍTULOS | 2015 | 2016 | VARIÇÃO (%) | 2017 | VARIÇÃO (%) | 2018 (Valor Orçado) | VARIÇÃO (%) |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 21.248.597,52 | 23.454.407,06 | 10,38 | 24.730.528,86 | 5,44 | 31.841.004,28 | 28,75 |
| PESSOAL E ENCARGOS | 12.361.901,01 | 12.961.938,13 | 4,85 | 12.629.458,51 | -2,57 | 15.640.844,00 | 23,84 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (-) | 55.307,22 | 62.023,76 | 12,14 | 44.793,69 | -27,78 | 70.000,00 | 56,27 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 8.831.389,29 | 10.430.445,17 | 18,11 | 12.056.276,66 | 15,59 | 16.130.160,28 | 33,79 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.860.961,83 | 2.790.802,03 | 49,97 | 4.782.697,59 | 71,37 | 8.134.851,32 | 70,09 |
| INVESTIMENTOS | 1.622.401,81 | 2.212.428,48 | 36,37 | 4.353.361,77 | 96,77 | 7.184.851,32 | 65,04 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | - | - | - | - | - | - | - |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 238.560,02 | 578.373,55 | 142,44 | 429.335,82 | -25,77 | 540.000,00 | 25,78 |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | - | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA | - | - | - | - | - | 410.000,00 | 100,00 |
| TOTAL | 23.109.559,35 | 26.245.209,09 | 13,57 | 29.513.226,45 | 12,45 | 39.975.855,60 | 35,45 |

Adx

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
DESPESA REALIZADA 2018
 (Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| TÍTULOS | 1º Bimestre/2018 | 2º Bimestre/2018 | 3º Bimestre/2018 | 4º Bimestre/2018 | 5º Bimestre/2018 | 6º Bimestre/2018 | TOTAL REALIZADO |
|--------------------------------|----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 15.903.641,61 | - | - | - | - | - | 12.686.348,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS | 10.876.476,69 | | | | | | 7.445.867,56 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (-) | 45.000,00 | | | | | | 43.219,18 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 4.982.164,92 | | | | | | 5.197.261,26 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 3.269.256,05 | - | - | - | - | - | 1.331.715,06 |
| INVESTIMENTOS | 2.770.256,09 | | | | | | 1.040.882,49 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | - | | | | | | - |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 498.999,96 | | | | | | 290.832,57 |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | - | | | | | | - |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA | - | | | | | | - |
| TOTAL | 19.172.897,66 | - | - | - | - | - | 14.018.063,06 |

RS

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
CORREÇÃO DA DESPESA 2018

| TÍTULOS | 2º Bimestre/2017 | 3º Bimestre/2017 | 4º Bimestre/2017 | 5º Bimestre/2017 | 6º Bimestre/2017 | 1º Bimestre/2018 | (CM%) | TOTAL REALIZADO |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|----------------------|-------|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 3.051.345,68 | 2.665.778,80 | 1.729.607,04 | 1.438.930,97 | 1.810.744,48 | 15.903.641,61 | | 26.600.048,58 |
| PESSOAL E ENCARGOS | 696.214,99 | 1.450.629,17 | 269.245,27 | -360.196,92 | -136.851,97 | 10.876.476,69 | | 12.795.517,23 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (-) | 39.360,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 | | 84.360,38 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 2.315.770,31 | 1.215.149,63 | 1.460.361,77 | 1.799.127,89 | 1.947.596,45 | 4.982.164,92 | | 13.720.170,97 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 133.226,76 | 1.490.338,55 | 402.696,60 | 425.361,53 | -2.110.922,91 | 3.269.256,05 | | 3.609.956,58 |
| INVESTIMENTOS | 127.440,31 | 1.489.338,55 | 393.328,59 | 344.961,57 | -2.110.922,91 | 2.770.256,09 | | 3.014.402,20 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 5.786,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 5.786,45 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 0,00 | 1.000,00 | 9.368,01 | 80.399,96 | 0,00 | 498.999,96 | | 589.767,93 |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| TOTAL | 3.184.572,44 | 4.156.117,35 | 2.132.303,64 | 1.864.292,50 | -300.178,43 | 19.172.897,66 | | 30.210.005,16 |

AdB

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS
(Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| Especificação | Valores Correntes | | | % | 2021 | % |
|-----------------------------------|-------------------|---------------|---------------|------------|---------------|--------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | | | |
| Receita Total | 43.701.651,60 | 45.134.211,74 | 47.165.251,27 | 3,28 | 48.344.382,55 | 4,50 |
| Receitas Primárias (I) | 39.166.855,60 | 44.979.855,99 | 47.003.949,52 | 14,84 | 48.179.048,26 | 4,50 |
| Despesa Total | 39.975.855,60 | 41.069.961,57 | 42.918.109,85 | 2,74 | 43.991.062,60 | 4,50 |
| Despesas Primárias (II) | 39.180.484,60 | 40.425.666,82 | 42.244.821,83 | 3,18 | 43.300.942,38 | 4,50 |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | -13.629,00 | 4.554.189,17 | 4.759.127,69 | -33,515,43 | 4.878.105,88 | 204,50 |
| Resultado Nominal | 3.275.796,00 | 4.064.250,17 | 4.247.141,42 | 9,08 | 4.353.319,96 | 204,50 |
| Montante Dívida Pública | 14.944.671,78 | 15.857.051,85 | 15.143.484,52 | 6,11 | 14.764.897,41 | -4,50 |
| Dívida Consolidada Líquida | 14.944.671,78 | 15.745.874,95 | 15.037.310,58 | 5,36 | 14.661.377,82 | -4,50 |

| Especificação | Valores Correntes | | | % | 2021 | % |
|-----------------------------------|-------------------|---------------|---------------|------------|---------------|---------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | | | |
| Receita Total | 41.735.077,28 | 43.103.172,21 | 47.165.251,27 | 3,28 | 48.344.382,55 | 9,42 |
| Receitas Primárias (I) | 37.404.347,10 | 42.955.762,47 | 44.888.771,79 | 14,84 | 46.010.991,08 | 4,50 |
| Despesa Total | 38.176.942,10 | 39.221.813,30 | 40.986.794,91 | 2,74 | 42.011.464,78 | 4,50 |
| Despesas Primárias (II) | 37.417.362,69 | 38.606.511,81 | 40.343.804,85 | 3,18 | 41.352.399,97 | 4,50 |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | -13.015,59 | 4.349.250,66 | -4.544.966,94 | -33,515,70 | -4.658.591,11 | -204,50 |
| Resultado Nominal | 3.558.135,18 | 3.881.358,91 | 6.178.456,36 | 9,08 | 6.332.917,77 | 59,18 |
| Montante Dívida Pública | 14.272.161,55 | 15.143.484,52 | 14.462.027,72 | 6,11 | 14.100.477,03 | -4,50 |
| Dívida Consolidada Líquida | 14.272.161,55 | 15.037.310,58 | 14.360.631,60 | 5,36 | 14.001.615,81 | -4,50 |

| Metodologia de Cálculo | Índices de inflação | |
|------------------------|---------------------|-------|
| | 2019 | 2020 |
| | 4,50% | 4,50% |

IPCA - Fonte das informações: Base de Dados do Portal Brasil e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fatores para Estabelecimento de Valores Constantes

Para efetivar os cálculos a preços constantes a partir de 2018, os valores correntes foram deflacionados com base nas variações previstas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, conforme tabela abaixo:

| | 2019 | 2020 |
|--|-------|-------|
| | 4,50% | 4,50% |

AS

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - EXERCÍCIO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS ANUAIS
(Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| Especificação | Ano 2019 | | | Ano 2020 | | | Ano 2021 | | |
|---------------------------------|------------------|-----------------|-------------------|------------------|-----------------|-------------------|------------------|-----------------|-------------------|
| | Valor Corrente @ | Valor Constante | % PIB (c/PIB)x100 | Valor Corrente @ | Valor Constante | % PIB (c/PIB)x100 | Valor Corrente @ | Valor Constante | % PIB (c/PIB)x100 |
| Receita Total | 45.134.211,74 | 43.103.172,21 | 0,58 | 47.165.251,27 | 47.165.251,27 | 0,56 | 48.344.382,55 | 48.344.382,55 | 0,55 |
| Receita Primárias (I) | 44.979.855,99 | 42.955.762,47 | 0,58 | 47.003.949,52 | 44.888.771,79 | 0,56 | 48.179.048,26 | 46.010.991,08 | 0,55 |
| Despesa Total | 41.069.961,57 | 39.221.813,30 | 0,53 | 42.918.109,85 | 40.986.794,91 | 0,51 | 43.991.062,60 | 42.011.464,78 | 0,50 |
| Despesas Primárias (II) | 40.425.966,82 | 38.606.511,81 | 0,52 | 42.244.821,83 | 40.343.804,85 | 0,50 | 43.300.942,38 | 41.352.399,97 | 0,49 |
| Resultado Primário (III)=(I-II) | 4.554.189,17 | 4.349.250,66 | 0,06 | 4.759.127,69 | 4.544.966,94 | 0,06 | 4.878.105,88 | 4.658.591,11 | 0,06 |
| Resultado Nominal | 4.064.250,17 | 3.881.358,91 | 0,05 | 4.247.141,42 | 6.178.456,94 | 0,05 | 4.353.319,96 | 6.332.918,36 | 0,05 |
| Dívida Pública Consolidada | 14.272.161,55 | 13.629.914,28 | 0,18 | 13.629.914,28 | 13.016.568,14 | 0,16 | 13.970.662,14 | 13.341.982,34 | 0,16 |
| Dívida Consolidada Líquida | 14.272.161,55 | 13.629.914,28 | 0,18 | 13.629.914,28 | 13.016.568,14 | 0,16 | 13.970.662,14 | 13.341.982,34 | 0,16 |

PIB (Nacional)

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------|------------------|------------------|------------------|
| Variaáveis | 4,50 | 4,50 | 4,50 |
| | 2,50 | 2,60 | 2,50 |
| | 7.817.800.000,00 | 8.446.700.000,00 | 8.826.801.500,00 |

Inflação média (% anual) projetada c/base em índice oficial*

Crescimento do PIB - Fonte: IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Projeção do PIB do Estado

* IPCA

Fonte: Base de Dados do Portal Brasil e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fonte: Fundação João Pinheiro

Fonte: LDO do Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
PROJEÇÃO DA RECEITA PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS
 (Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|----------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 00.1000.00.00 | RECEITAS CORRENTES | 35.423.890,00 | 37.017.965,05 | 38.683.773,48 | 39.650.867,82 |
| 00.1100.00.00 | RECEITA TRIBUTÁRIA | 4.203.500,00 | 4.392.657,50 | 4.590.327,09 | 4.705.085,27 |
| 00.1200.00.00 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 250.000,00 | 261.250 | 273.006,25 | 279.831,41 |
| 00.1300.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 460.000,00 | 480.700,00 | 502.331,50 | 514.889,79 |
| 00.1500.00.00 | RECEITA INDUSTRIAL | 100.000,00 | 104.500,00 | 109.202,50 | 111.932,56 |
| 00.1600.00.00 | RECEITA DE SERVIÇOS | 2.984.000,00 | 3.118.280,00 | 3.258.602,60 | 3.340.067,67 |
| 00.1700.00.00 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 27.303.390,00 | 28.532.042,55 | 29.815.984,46 | 30.561.384,07 |
| 00.1900.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 123.000,00 | 128.535,00 | 134.319,08 | 137.677,06 |
| | RECEITA INTRA ORÇAMENTARIA | - | - | - | - |
| 00.2000.00.00 | RECEITAS DE CAPITAL | 8.277.761,60 | 8.650.260,87 | 9.039.522,62 | 9.265.510,69 |
| 00.2100.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO (-) | - | - | - | - |
| 00.2200.00.00 | ALIENAÇÃO DE BENS (-) | 363.000,00 | 379.335,00 | 396.405,08 | 406.315,21 |
| | AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (-) | - | - | - | - |
| 00.2400.00.00 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 7.914.761,60 | 8.270.925,87 | 8.643.117,54 | 8.859.195,48 |
| | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - |
| 95.0000.00.00 | DEDUÇÕES DO FUNDEB (-) | 3.725.796,00 | 3.893.456,82 | 4.068.662,38 | 4.170.378,94 |
| | TOTAL | 39.975.855,60 | 41.774.769,10 | 43.654.633,72 | 44.745.999,56 |

Det

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS
 (Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 1 - DESPESAS CORRENTES | 31.841.004,28 | 31.769.345,54 | 33.198.966,09 | 34.028.940,24 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 15.640.844,00 | 16.204.614,79 | 16.933.822,46 | 17.357.168,02 |
| Juros e encargos da Dívida | 70.000,00 | 77.753,58 | 81.252,49 | 83.283,80 |
| Outras Despesas Correntes | 16.130.160,28 | 15.486.977,17 | 16.183.891,14 | 16.588.488,42 |
| 2 - DESPESAS DE CAPITAL | 7.724.851,32 | 9.594.481,52 | 10.026.233,19 | 10.276.889,02 |
| Investimentos | 7.184.851,32 | 9.016.883,51 | 9.422.643,27 | 9.658.209,35 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | 540.000,00 | 577.598,01 | 603.589,92 | 618.679,67 |
| 3 - RESERVA DE CONTIGENCIA | 410.000,00 | 410.842,04 | 429.434,44 | 440.170,30 |
| TOTAL (1+2+3) | 39.975.855,60 | 41.774.669,10 | 43.654.633,71 | 44.745.999,56 |

Metodologia:

As metas anuais de despesas para o Município de Abre Campo foram projetadas com base na evolução histórica, nos índices previstos para reajuste salarial do Governo Federal e com inflação projetada de 2,5% a 4,5%.



MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| | 2017 | % | 2016 | % | 2015 | % |
|---------------------------|-------------------|---|----------------------|---|----------------------|---|
| Patrimônio Líquido | | | | | | |
| Patrimônio/ Capital | 689.717,83 | | -2.333.198,85 | | -6.391.646,64 | |
| Reserva | - | | - | | - | |
| Resultado Acumulado | - | | - | | - | |
| Total | 689.717,83 | | -2.333.198,85 | | -6.391.646,64 | |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| | 2017 | % | 2016 | % | 2015 | % |
|-------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Patrimônio Líquido | | | | | | |
| Patrimônio | - | - | - | - | - | - |
| Reserva | - | - | - | - | - | - |
| Lucro ou Prejuízos Acumulados | - | - | - | - | - | - |
| Total | - | - | - | - | - | - |

ADP

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE BENS
 (Conforme art. 4º, § 2, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal)

RECEITAS REALIZADAS

| RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 2017 (a) | 2016 (a) | 2015 (b) |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| Alienação de Ativos | | | |
| Alienação de Bens Móveis | 195.500,00 | 447.910,00 | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| Rendimento de Aplicação | - | - | - |
| Total (I) | 195.500,00 | 447.910,00 | - |
| Saldo Financeiro de Exercícios Anteriores somados ao Total (I) | -4.008.353,86 | -1.413.051,83 | -3.580.135,68 |
| Complemento para Aquisição de Bens | | | |
| Despesas Executadas | | | |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 2016 (a) | 2016 (a) | 2015 (b) |
| Despesa de Capital | 3.512.367,93 | 2.790.802,03 | 1.860.961,83 |
| Investimentos | 2.876.157,02 | 2.212.428,48 | 1.622.401,81 |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | 636.210,91 | 578.373,55 | 238.560,02 |
| Despesas Correntes dos Regimes Previdenciários | | | |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| Total (II) | 3.512.367,93 | 2.790.802,03 | 1.860.961,83 |
| Saldo Financeiro no Exercício (III) = (I-II) | -7.520.721,79 | -4.203.853,86 | -1.860.961,83 |

DLX

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
(Conforme art.4º, § 2º, Inciso V da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| Tributos/ Modalidade | Setores/ Programas/ Beneficiários | Renúncia de Receita Prevista | | | Compensação |
|----------------------|-----------------------------------|------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

Nota Explicativa:

O Município tomará medidas administrativas e judiciais para o recebimento de sua dívida ativa sem qualquer renúncia através de incentivo fiscal visto os resultados negativos dos seus balanços.

Det

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - EXERCÍCIO DE 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 (Conforme art.4º, § 2º Inciso V da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| Eventos | Valor Previsto para 2019 |
|--|--------------------------|
| Receita Prevista | 43.991.062,60 |
| (-) Transferências ao Poder Legislativo | 1.855.718,98 |
| (-) Dedução do FUNDEB | 3.893.456,82 |
| (-) Despesas Continuadas | 38.241.886,79 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | - |
| Redução Permanente da Despesa (II) | - |
| Margem Bruta (III)=(I+II) | - |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | - |
| Impacto de Novas DOCC | 155.430,45 |
| Aumento real do salário mínimo | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV) | |

Notas Explicativas:

1. O AUMENTO DA DOCC REFERE-SE AOS PROJETOS E ATIVIDADES INCLUIDOS NO PPA, COMO A IMPLANTAÇÃO DA UAB.
2. O AUMENTO DA RECEITA PARA 2018 REFERE-SE A CONVENIOS FIRMADOS NÃO AFETANDO AS DOCC.
3. O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO ESTÁ CALCULADO APENAS PARA OS SERVIDORES QUE RECEBEM O SALÁRIO MÍNIMO, UMA VEZ QUE NÃO FOI POSSÍVEL COM O CENÁRIO ECONÔMICO ATUAL CONCEDER AUMENTO AOS SERVIDORES QUE RECEBEM VALOR ACIMA DO MÍNIMO.

Det

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2019
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
(Conforme art.4º, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

As metas fiscais estabelecidas podem sofrer mudanças significativas devido aos levantamentos que estão sendo feitos para reconhecimento da dívida pelo regime de competência.

| | |
|---|-------------------|
| Precatórios e dívidas contratuais de acordo com Relatório emitido pelo TJMG em 15/05/2018 | R\$ 1.090.583,37 |
| Dívidas em processo de reconhecimento de recolhimento (em valores aproximados) | R\$ 16.134.478,04 |

Temos ainda ações judiciais de diversas origens que ainda estão sendo levantadas para apuração dos riscos e, devido à complexidade e dificuldade de mensuração devem ser consideradas gerando alterações futuras no Anexo de Metas Fiscais

PROVIDÊNCIAS: Estes desequilíbrios nas metas fiscais serão compensados com a utilização dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, de acordo com alínea b, inciso III, art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000. O desequilíbrio aqui apresentado terá por consequência a limitação de capacidade de empenho de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras".

dx

MUNICÍPIO DE ABRE CAMPO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - EXERCÍCIO DE 2019

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL - PROJEÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

(Conforme art.4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

| Especificação | 2018 (a) | 2019 (b) | 2020 (c) | 2021 (d) |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| saldo Anterior da Dívida Consolidada | | | | |
| Dívida Consolidada (I) | 18.169.040,52 | 18.986.647,35 | 19.841.046,48 | 20.733.893,57 |
| Deduções (II) | -466.808,18 | -487.814,55 | -509.766,20 | -532.705,68 |
| Ativos Disponíveis | 2.145.691,82 | 2.242.247,95 | 2.343.149,11 | 2.448.590,82 |
| Haveres Financeiros | - | - | - | - |
| (-) Restos a Pagar Processados | 2.612.500,00 | 2.730.062,50 | 2.852.915,31 | 2.981.296,50 |
| Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II) | 18.635.848,70 | 19.474.461,89 | 20.350.812,68 | 21.266.599,25 |
| Receitas de Privatizações (IV) | | | | |
| Passivos Reconhecidos (V) | 594.194,88 | 620.993,65 | 648.875,66 | 678.075,06 |
| Dívida Fiscal Líquida (III-IV-V) | 18.041.653,82 | 18.853.528,24 | 19.701.937,02 | 20.588.524,19 |
| | | (b-a) | (c-b) | (d-c) |
| Resultado Nominal | | 838.613,19 | 876.350,79 | 915.786,57 |
| Inflação | 4,50 | 4,50 | 4,50 | 2,50 |

Observação:

Os passivos foram reconhecidos à medida dos registros de amortizações anuais, até que seja levantando e contratando o parcelamento da dívida junto ao INSS de R\$

16.134.478,04